

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RODRIGO GONÇALVES FERREIRA

**DETERMINANTES DAS PROVISÕES NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE
CAPITAL ABERTO**

**UBERLÂNDIA
MAIO DE 2021**

RODRIGO GONÇALVES FERREIRA

**DETERMINANTES DAS PROVISÕES NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE
CAPITAL ABERTO**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de
Ciências Contábeis da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis

Orientador: Prof. Dr. José Marcos da Silva

**UBERLÂNDIA
MAIO DE 2021**

RODRIGO GONÇALVES FERREIRA

Determinantes das Provisões nas empresas brasileiras de capital aberto.

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Banca de Avaliação:

Prof. Dr. José Marcos da Silva
Orientador

Prof.
Membro

Prof.
Membro

Uberlândia (MG), 03 de maio de 2021

RESUMO

O presente estudo se propôs a verificar quais são os determinantes do reconhecimento de provisões pelas empresas que compunham o IBrX 100 nos anos de 2010 e 2018 e se houve um incremento no montante reconhecido dessas provisões. Utilizou-se uma amostra de 77 companhias abertas, não financeiras, listadas na B3, as quais ficaram ao menos 6 quadrimestres no IBrX 100 entre os anos de 2010 e 2018 e que apresentaram informações tanto para o ano de 2010 quanto para 2018, a fim de comparação entre estes anos. Os resultados demonstraram inicialmente que houve uma maior concentração das provisões de natureza fiscal (37% na média dos dois anos analisados), seguido por 34% de natureza trabalhista e 27% de natureza cível. Posteriormente, por meio da análise estatística dos dados, os achados permitiram verificar que o volume de provisões não depende de fatores internos, ou seja, não são influenciados pelo nível de Governança Corporativa e tamanho da empresa, tampouco depende do segmento de atuação da entidade.

Palavras-chave: Provisões. Contingências. Passivos contingentes. *Disclosure*.

ABSTRACT

The present study aimed to verify what are the determinants of the recognition of provisions by the companies that made up the IBrX 100 in the years 2010 and 2018 and if there was an increase in the recognized amount of these provisions. It used a sample of 77 companies, open non-financial, classified in B3, as qualified at least 6 quarters in the IBrX 100 between the years 2010 and 2018 and what information for both the year 2010 and 2018, in order to compare these years old. The results showed that there was a greater concentration of provisions of a fiscal nature, followed by 34% of a labor nature and 27% of a civil nature. Later, through the statistical analysis of the data, the findings made it possible to verify that the volume of provisions does not depend on internal, that is, they are not influenced by the level of Corporate Governance and size of the company, nor does it depend on the segment in which the entity operates.

Keywords: *Provisions. Contingencies. Contingent liabilities. Disclosure.*

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento das transações internacionais dado ao advento da globalização, surgem desafios adicionais, e no que tange à Contabilidade das empresas inseridas neste contexto, tornou-se necessária a criação de normas contábeis que viessem diminuir a assimetria de informações, reduzindo, consequentemente, a dificuldade de interpretação das demonstrações financeiras pelos investidores e outros *stakeholders*.

Tal padronização surge com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, um conjunto de pronunciamentos contábeis que visam normatizar as demonstrações e práticas contábeis. No Brasil a adoção destas Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* foi instituída através da Lei n. 11.638/2007 e posteriormente a Lei n. 11.941/2007. Assim, o órgão responsável pela emissão dos pronunciamentos técnicos de contabilidade convergidos às normas do IASB no Brasil é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Neste processo de convergência, foi publicado o pronunciamento técnico CPC 25 que se refere às Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que visa estabelecer critérios de reconhecimento e bases de mensuração adequadas às provisões, passivos e ativos contingentes que norteiam a divulgação da informação nas notas explicativas das companhias de capital aberto brasileiras, escopo deste estudo (CPC 25, 2009).

De acordo com o CPC 25, a provisão consiste em um passivo de prazo ou de valores incertos, uma obrigação presente na entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da empresa capazes de gerar benefícios econômicos. Um passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, ou ainda uma obrigação que não é reconhecida pois não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade (CPC 25, 2009).

Carvalho et al. (2004) justificam a necessidade dessa padronização na divulgação das informações contábeis pois estas precisam ser claras, precisas e tempestivas, para que tanto usuários internos quanto externos não fiquem prejudicados por erros, distorções, falta de qualidade ou demora na entrega das mesmas. Acrescentam ainda que as informações utilizadas pelos *stakeholders* que envolvem contingência sempre foram bastante discutidas, dadas as dúvidas sobre a sua mensuração e seu reconhecimento.

Diante do exposto na breve contextualização anterior, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os determinantes do reconhecimento de provisões pelas empresas que compunham o IBrX 100 nos anos 2010 e 2018?

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em verificar quais são os determinantes da evidenciação de provisões pelas empresas que compunham o IBrX 100 nos anos de 2010 e 2018. Nessa esteira, objetiva-se também verificar se houve um incremento no montante reconhecido dessas provisões.

Visando atingir o objetivo geral, os objetivos específicos consistem em: (i) realizar um comparativo dos segmentos processuais trabalhistas, cíveis, fiscais provisionados; (ii) realizar um comparativo dos valores de provisões reconhecidos em 2010 e em 2018 para as companhias da amostra e (iii) realizar uma análise quanto a influência das variáveis rentabilidade e governança corporativa no volume de provisões reconhecidas.

Por vezes as empresas enfrentam situações de dúvida quanto ao momento de ocorrência de uma obrigação ou quanto ao valor necessário para a liquidação destas obrigações. Algumas destas situações atípicas e adversas são as contingências ativas e passivas, que derivam de eventos passados, mas que para serem concretizadas dependem da ocorrência de um fato futuro o qual não está sob o controle da entidade. Farias (2004) afirma que uma das problemáticas ao mensurar esse elemento patrimonial é justamente atribuir valores exatos a obrigações contingentes que só se esclarecem no futuro.

Em função de ser tão peculiar e por vezes um assunto dúbio para a contabilização das empresas, as provisões são um tema pouco explorado e pouco valorizado, já que uma evidenciação errônea ou a omissão destas nas demonstrações financeiras podem acarretar em alterações patrimoniais, comprometendo a confiabilidade oferecida aos acionistas e clientes (VON KNOBLAUCH, 2010).

Assim, este trabalho se justifica pela relevância que a qualidade da informação contábil divulgada e o registro de provisões possui sobre a tomada de decisão dos usuários da informação. Ademais, esta pesquisa visa contribuir com os estudos sobre a divulgação de provisões nas demonstrações contábeis.

O presente artigo divide-se em quatro capítulos, sendo, além desta introdução em que se apresentam o tema, problema, justificativa e objetivos da pesquisa; no segundo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica que apresenta o referencial para este trabalho além de expor estudos anteriores relevantes ao tema proposto. O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados juntamente com os resultados alcançados e por fim, o quarto capítulo consiste nas considerações finais do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo objetiva expor os conceitos necessários para a compreensão desta pesquisa, referentes a passivos e às contingências, assim como a diferença entre provisões e passivos contingentes, conforme o CPC 25. Serão apresentadas as bases teóricas que fundamentam os resultados e a relação entre o *disclosure* e as boas práticas de governança corporativa, além de um tópico de estudos anteriores.

2.1. Provisões e Passivos Contingentes

Os passivos são exigibilidades que se referem a fatos já ocorridos a serem pagas em um momento específico futuro (IUDÍCIBUS, 2004). Da mesma forma, o CPC 25 define o passivo como uma obrigação presente na entidade, derivada de fatos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos (CPC 25, 2009).

Ainda conforme o CPC 25 (2009), passivo contingente é uma obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de mais eventos futuros incertos que não estão sob o controle da entidade. Ela pode não ser reconhecida quando não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou quando o valor dessa obrigação não possa ser mensurado com confiabilidade.

Uma provisão é definida como um passivo de tempo ou valores incertos (CPC 25, 2009) que com o passar do tempo a saída de recursos futuros é considerada provável. Já o passivo contingente é considerado uma obrigação possível, mas não provável pois são resultados de eventos passados cujo sua confirmação será realizada através de um fato incerto e futuro (CPC 25, 2009).

De acordo com o CPC 25 (2009, p. 5):

“Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação”

A provisão não deverá ser reconhecida caso essas condições não forem satisfeitas. Todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. O termo

“contingente” é usado no CPC 25 para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento. O CPC 25 (2009, p. 5) distingue entre:

(i) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (ii) passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são: (a) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou (b) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Desta forma, o principal objetivo do CPC 25 é definir os critérios de mensuração das provisões, e contingências ativas e passivas, para que todas as informações divulgadas nas notas explicativas e em suas demonstrações contábeis sejam suficientes para o entendimento de sua natureza, oportunidade e valor.

2.2. Governança Corporativa e *Disclosure*

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Governança Corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital. Complementa ainda que companhias com um sistema de governança que proteja todos os seus investidores tendem a ser mais valorizadas (CVM, 2002).

A relação entre Governança Corporativa e *disclosure* advém de um dos princípios básicos regido pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança (IBGC), que diz respeito à transparência, conforme se apresenta:

Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização (IBGC, 2015, pp. 20-21).

Uma boa governança corporativa envolve ainda a prestação de informações pertinentes, além daquelas obrigatórias por lei ou regulamento, de forma tempestiva, a todos os interessados (LANZANA, 2004).

Ainda conforme o IBGC (2015), os princípios básicos de Governança Corporativa consistem em: (i) transparência. (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*) e (iv) responsabilidade corporativa.

A CVM (2002) traz em sua cartilha sobre boas práticas de Governança Corporativa, que a companhia deve adotar, além dos princípios de contabilidade em vigor no Brasil, as normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo IASB. Nota-se a preocupação com a padronização das normas mesmo antes da sua obrigatoriedade no país, o que se deu apenas em 2010.

No tópico seguinte serão apresentados estudos anteriores relevantes acerca do tema que auxiliam no entendimento da importância da correta evidenciação das provisões e passivos contingentes, bem como seu correto registro. Tais estudos embasam esta pesquisa no sentido de corroborar o nível de provisionamento realizado pelas companhias analisadas.

2.3. Estudos Anteriores

Dentre os estudos realizados sobre o tema, foram selecionados alguns mais relevantes para este estudo, com o propósito de comparação entre os achados em meados de 2010, da introdução das leis n. 11.638/2007 e 11.941/2009 e início da exigência da adoção das normas internacionais de contabilidade, e o ano de 2018, para verificação se o nível de evidenciação aumentou em relação à 2010.

Dentre as obras recentes destacam-se: Borba e Velho (2018); Castro, Vieira e Pinheiro (2015); Farias, Ferreira e Vicente (2017); Gomes (2017); Leite (2018); Rosa e Souza (2018); Rosa et al. (2016) e Sanson e Souza (2018).

Borba e Velho (2018) realizaram um estudo cujo objetivo foi analisar o que é evidenciado quanto às provisões e os passivos contingentes das maiores empresas do agronegócio do Brasil que atuam no segmento de carne e derivados a partir do que estabelece o CPC-25 e nas informações destacadas na CVM entre os anos de 2012 e 2016. Examinaram as demonstrações financeiras e notas explicativas das três maiores companhias do segmento de carne e derivados listadas na B3. A coleta e análise de dados tomou por base um *checklist* elaborado a partir do CPC 25, o qual estabelece procedimentos para tratamento das provisões, dos passivos contingentes e ativos contingentes.

A pesquisa de Borba e Velho (2018) apresentou resultados que demonstraram que as organizações estão aplicando corretamente as exigências relacionadas às fases de reconhecimento, mensuração bem como divulgação de provisões. Porém a evidenciação dos

passivos contingentes pelas empresas não é unânime. Verificou-se como item mais apresentado pelas empresas o de natureza trabalhista, seguido pelo de natureza tributária/previdenciária e cível. Conclui-se ao final da pesquisa que as companhias estudadas não seguem totalmente o recomendado no CPC-25, devendo melhorar, principalmente, o que diz respeito à divulgação de seus passivos contingentes.

O trabalho de Leite (2018) compara o nível de atendimento de empresas brasileiras e francesas aos requisitos de divulgação definidos pelo IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. Com uma amostra dividida em dois grupos: (i) as 50 maiores empresas brasileiras e as 50 maiores empresas francesas (com base no faturamento) com ações negociadas no mercado de balcão norte-americano e (ii) as 50 maiores negociadas apenas em bolsa local. O índice de divulgação foi apurado a partir da leitura dos Balanços e Notas Explicativas do ano fiscal de 2016, com auxílio de um *checklist* dos itens de divulgação requeridos pela norma. Seus resultados retornaram que diferença de comportamento em relação ao provisionamento de contingências: na França cerca de 87% das contingências estão provisionadas, enquanto no Brasil esse montante é de apenas 21%, ou seja, 79% das contingências reportadas nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras não são reconhecidas no Balanço, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas.

Rosa e Souza (2018) apresentaram um estudo que objetivou analisar a representatividade e o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. Para obter o nível de evidenciação, foram elaboradas duas Listas de Verificações adaptadas do CPC 25 (2009). Para analisar a representatividade das provisões e passivos contingentes elaborou-se duas proporções: i) o quociente entre o total das provisões fiscais em relação ao total das provisões da companhia, e ii) o quociente entre o total das provisões fiscais em relação ao total exigível na respectiva companhia em análise da amostra. Em análise aos resultados obtidos, foi possível perceber que o grau de representatividade dos passivos contingentes fiscais é relativamente maior do que os provisionamentos fiscais. Os resultados indicaram também uma possível tendência de que quanto mais expressivo for o prejuízo fiscal, menor é sua evidenciação e transparência nas demonstrações contábeis pelas companhias analisadas. A ausência de divulgação ou má divulgação das informações concernentes aos passivos de natureza tributária distorce a análise dos usuários externos visto que tais representações, de maneira significativa, podem impactar diretamente o resultado das companhias. Assim, da mesma forma que é importante gerenciar os tributos internamente, é relevante também divulgar adequadamente todas as informações, bem como riscos inerentes.

Sanson e Souza (2018) buscaram identificar características associadas com o nível de transparência dos passivos contingenciais nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isto, na intenção de medir o nível de evidenciação dos passivos contingenciais, utilizou-se uma lista de verificação elaborada conforme o CPC 25 (2009), na qual foram analisadas qualitativamente as notas explicativas da amostra de 285 empresas listadas na B3, relativas ao exercício de 2016. Os achados apontaram uma alta concentração dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%); trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) na amostra analisada. Concernente à lista de verificação, foi possível inferir que companhias ainda possuem dúvidas acerca das normas do CPC 25 (2009), visto o baixo grau de *disclosure* na amostra analisada.

Assim, relativo às características, os achados de Sanson e Souza (2018) apontam que as entidades as quais apresentam mais obrigações com terceiros, possuem uma média superior de divulgação dos passivos contingenciais. Percebeu-se que o mais elevado nível de governança corporativa não influencia na publicação dos passivos contingenciais. Salienta-se ainda, que as companhias que negociam ações na NYSE e selecionam as *big four* para auditarem suas companhias, apresentam, em média, um grau de *disclosure* superior de seus passivos contingenciais. Ademais, verificou-se que a média de evidenciação foi mais relevante nos setores de atuação de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,07%).

Faria, Ferreira e Vicente (2017) realizaram uma pesquisa que objetivou-se verificar se existem níveis diferenciados de *disclosure* das Provisões (PROV) e Passivos Contingentes (PC) entre as companhias abertas brasileiras. A amostra compreende as empresas pertencentes à carteira teórica do IBrX-50 em 2016, no qual foram analisadas as notas explicativas referentes aos exercícios de 2013 a 2015 para calcular o índice de *disclosure* das PROV e PC, com base nas informações requeridas pelo CPC 25 (2009). Utilizando-se o teste Kruskal-Wallis buscou-se verificar se existe diferença no índice *disclosure* das provisões e passivos contingentes, em função do setor de atuação, nível diferenciado de governança corporativa e empresa de auditoria. A média de *disclosure* das PROV e PC pelas empresas foi de 53%. As PROV que mais ocorreram foram as de natureza tributária/fiscal, cível e trabalhista. Em relação à razão entre as PROV, PC e o ativo total, observou-se que as empresas apresentam maiores valores nos PC. Com base no teste Kruskal-Wallis com nível de significância de 95%, foi possível verificar que o *disclosure* se diferencia estatisticamente somente no setor de atuação, já para o nível diferenciado de governança corporativa e empresa de auditoria o resultado não rejeitou a hipótese nula, podendo inferir que o *disclosure* não sofre interferência em função desses dois fatores.

Gomes (2017) verificou se as empresas do ramo de energia elétrica, listadas na BM&FBovespa estão divulgando as provisões, passivos e ativos contingentes conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Analisou-se o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Padronizadas de todas as empresas do ramo de energia elétrica listadas na BM&FBovespa, ou seja, sessenta empresas, no período de 2013 à 2016. Destarte, através da análise, foi possível verificar que, quanto ao percentual médio de divulgação, apenas a Alupar Investimento S.A. teve média de divulgação em 100%, ou seja, apenas 1,67% das empresas divulgaram todas as sentenças analisadas em todos os anos. Tratando-se das demais, conclui-se que houve oscilação no percentual divulgado, fazendo com que as médias fossem diversas, e, apenas 35% do total apresentou média igual ou superior à 50%, ou seja, somente 21 organizações. Notou-se também que 31,67% de todas as empresas não divulgaram nenhuma das sentenças analisadas. Quanto à classificação por quartil observou-se que não houve grande oscilação na mesma, fazendo com que várias empresas mantivessem sua classificação em todos os anos.

Rosa et al. (2016) realizaram um estudo no qual o objetivo consistiu em identificar nível de evidenciação das companhias do setor elétrico da BM&FBovespa quanto sua conduta para com os passivos contingentes tributários, conforme elucidado no CPC 25. Para tal, foram verificadas as notas explicativas e os formulários de referências das empresas quanto ao checklist desenvolvido com base no CPC 25. Além de identificadas variáveis que influenciam a evidenciação dos passivos contingentes. Os resultados apontaram que os passivos contingentes tributários não são atendidos em sua totalidade pelas empresas; havendo divergência nas informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência, sendo que apenas as notas explicativas são auditadas. As empresas não estão informando detalhes dos processos as quais estão envolvidas, atualização dos valores monetários, mudança de chance de ocorrência do evento futuro incerto. A evidenciação dos passivos contingentes é influenciada pelas variáveis: níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA, empresas auditadas por *big four*; endividamento e receita líquida, as quais possuem um poder de explicação de 22,8% do modelo.

Por fim, Castro, Vieira e Pinheiro (2015) analisaram a ocorrência de divergência na divulgação de contingências ativas e passivas pelas empresas brasileiras que negociam suas ações tanto na BM&FBovespa quanto na NYSE. E, quando identificadas diferenças, foi verificado se as demonstrações financeiras publicadas no Brasil obedecem ao disclosure obrigatório exigido pelo CPC 25. Tal avaliação se deu por meio de pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, com uma abordagem quantitativa. Em uma primeira etapa, as

empresas que divulgaram informações relativas a ativos e passivos contingentes foram identificadas compondo uma amostra de 25 empresas de capital aberto. Em seguida, realizou-se uma leitura simultânea das demonstrações financeiras e dos relatórios 20F, com uma análise descritiva dos dados para o ano de 2013.

Os resultados alcançados pelos autores demonstram que, 10 empresas apresentaram diferenças na divulgação de contingências ativas e passivas nos relatórios, uma assimetria relacionada, principalmente, com a maior divulgação de informações e contingências no Relatório 20F. Em relação ao disclosure obrigatório exigido pelo CPC 25, dos relatórios que apresentaram diferenças, em média, foram divulgadas 50% das informações exigidas referentes às contingências ativas e 60% para as contingências passivas. Logo, conclui-se que as principais divergências se referem à quantidade de contingência divulgada, ao nível de detalhamento das informações e à declaração de informações mais completas no Relatório 20F. Esses resultados sugerem um tratamento diferenciado das informações divulgadas de acordo com o mercado, o que gera uma assimetria entre as informações divulgadas no Brasil e nos EUA (CASTRO, VIEIRA; PINHEIRO, 2015).

Dentre as pesquisas realizadas entre 2010 e 2014, destacam-se: Von Knoblauch (2010); Rempel (2012); Fonteles et al. (2013) e Suave et al. (2013).

Fonteles et al. (2013) realizaram um estudo que aborda a evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa, considerando como prováveis determinantes as variáveis: tamanho, setor de atividade, segmento de listagem, rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira. A amostra reúne 308 companhias, examinando-se suas notas explicativas do exercício de 2010. A coleta de dados empregou metodologia baseada em métrica definida a partir dos itens determinados no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes –, com análise por meio de regressão linear múltipla. Os resultados indicaram a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25. Conclui-se que a evidenciação de provisões e contingências é influenciada positivamente pelas variáveis setor de atividade (energia elétrica, eletroeletrônicos, comércio, minerais não metálicos e telecomunicações), tamanho e rentabilidade; e negativamente por liquidez, setor de atividade (construção) e segmento de listagem (tradicional).

O trabalho de Suave et al. (2013) buscou identificar se as empresas mais negociadas da BM&FBovespa atendem às disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa e descritiva quanto aos objetivos. Os resultados indicam que as empresas divulgam principalmente processos judiciais

relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas, com menor divulgação de contingências ambientais. Quanto aos itens solicitados pelo CPC 25, verifica-se maior atendimento quanto à descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Nas correlações, verificou-se maior atendimento por parte dos setores de Petróleo e Gás, Telecomunicações, Finanças e Seguros, Química e Energia Elétrica, e correlação inversa a empresas com mais liquidez. Conclui-se que pela diferença notada de uma empresa para outra na descrição da natureza das contingências é possível perceber que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressam a realidade.

Rempel (2012) buscou responder quais as principais consequências das mudanças introduzidas pela Lei 11638/2007 nas demonstrações financeiras das grandes empresas brasileiras. Para tal, analisou os impactos da implantação das normas de contabilidade advindas dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, baseadas nas normas internacionais IFRS em uma empresa brasileira de grande porte do segmento de alumínio. Através do Índice de Conservadorismo notou-se que após a implementação das novas práticas, o resultado líquido da empresa melhorou se comparado com o lucro apresentado a partir da antiga Lei 6.404. Para os efeitos da implementação no patrimônio líquido em 2008, o valor ficou menor quando comparado ao valor embasado na antiga Lei; e em 2009 a nova Lei resultou em um valor de patrimônio líquido maior do que o estimado a partir da Lei 6.404.

Por fim, Von Knoblauch (2010) realizou uma pesquisa que visou esclarecer a forma com que são evidenciadas as contingências nas cem maiores empresas brasileiras que publicam suas demonstrações financeiras observando o CPC 25 para tal. Uma vez identificada a dificuldade da constituição e evidenciação dos passivos e ativos contingentes, este estudo caracterizou-se por divulgar os conceitos e análises feitos por diversos autores, bem como evidenciou as normas da contabilidade brasileiras e internacionais no tocante às contingências passivas e ativas com o intuito de identificar as principais recomendações feitas com relação ao conteúdo a ser divulgado pelas empresas. A autora preocupou-se ainda em apontar quais foram os principais tipos de contingências encontradas nas empresas analisadas e avaliou como estas comprometeriam o Patrimônio Líquido no futuro, caso venham a se concretizar, em cada uma das cem empresas em destaque.

Quanto aos resultados obtidos por Von Knoblauch (2010), verificou que das empresas analisadas, apenas duas empresas não possuíam provisões para contingências, dezesseis não evidenciaram passivos contingentes e cinquenta e sete não divulgaram ativos contingentes. Dentre os destaques da pesquisa, observou-se que a Petrobrás se destacou por possuir maior

valor de ativo e de passivo contingente, enquanto a Siderurgia Nacional reconheceu maior valor de provisão para contingências. Verificou-se ainda que cinco empresas se destacaram por possuir montantes de passivo contingente maior que seus próprios patrimônios líquidos, o que caracteriza uma informação bastante importante para a administração destas entidades, uma vez que as contingências podem acarretar em última instância a uma possível falência da empresa. Finalmente observou-se que dos tipos de ativos e passivos contingentes evidenciados, o fiscal foi o mais verificado em ambos os casos; as ações cíveis também foram divulgadas em menor proporção, e os processos trabalhistas e ambientais foram encontrados apenas nas contingências passivas.

3. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2006), “o objetivo da pesquisa é descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos [...] A pesquisa procura encontrar respostas; pode encontrá-las ou não”. Para Gil (2006, p.17) uma pesquisa pode ser definida “como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para Selltiz (2007), existem três métodos de pesquisa, classificados de acordo com seus objetivos gerais. São elas: exploratórias, descritivas e causais.

As definições para este tipo de pesquisa foram definidas em duas partes, em que a primeira etapa da pesquisa será por meio de referenciais bibliográficos. Já a segunda parte será através de procedimento descritivos com uma abordagem quantitativa e a utilização de levantamento ou *survey*. A utilização destes procedimentos garante uma fidedignidade nos dados apresentados, pois não há manipulação dos dados em prol do interesse da população estudada e sim apenas a estudo pormenorizado (SILVA, 2016).

Os estudos descritivos, iguais ao realizado neste trabalho, são aqueles que envolvem a apresentação detalhada das características de uma situação, grupo, ou indivíduo em específico. O trabalho desenvolvido classifica-se como uma pesquisa de natureza descritiva, com o objetivo a descrição das características de certa população, fenômeno ou apresentar as relações entre variáveis analisadas (GIL, 2006).

3.1. Dados e amostra

Os dados utilizados para esta pesquisa consistem em informações coletadas na base de dados da Economática, referentes a 77 companhias não financeiras, conforme apresentado na delimitação da pesquisa. Estes dados se referem ao registro do volume de provisões divulgadas pelas empresas nos anos de 2010 (ano em que se inicia a exigência da adoção das normas internacionais de contabilidade estabelecidas pelo CPC 25) e no ano de 2018, a fim de comparação do nível de volume reconhecido dessas informações.

A escolha dos anos de 2010 e 2018 se deu pelo fato da recente convergência às normas internacionais, por meio da implantação da Lei n. 11.638/07, contrapondo com 2018, a fim de verificar se, com o passar desses anos com a adoção das novas normas houve um incremento nas provisões.

Foram coletados ainda dados na base Economática referentes ao ativo total e patrimônio líquido destas companhias. Para que seja factível a comparação entre os anos da análise, os valores evidenciados das provisões foram ponderados pelo ativo total, passivo total e patrimônio líquido das companhias da amostra para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2018. As informações sobre o setor de atuação e os níveis de governança foram obtidas no sítio eletrônico da B3 (Bolsa, Brasil e Balcão).

A fim de complementar a análise, recorreu-se à análise estatística dos dados apresentados, considerando como variável dependente o índice de representatividade das provisões totais, calculado a partir da somatória das provisões tributárias, trabalhistas, cíveis, dentre outras, ponderado pelo ativo total das companhias da amostra. Assim, por meio de um modelo de regressão linear foi possível verificar se variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, níveis de governança corporativa ou mesmo o segmento de atuação são capazes de influenciar na decisão de provisionar os recursos. Para a realização das análises estatísticas e econométricas utilizou-se o *software* Stata.

O modelo econométrico de regressão está representado na equação seguinte, elaborado de acordo com as variáveis selecionadas para a análise, conforme apresentadas no Quadro 2:

$$PROV_t = \beta_0 + \beta_1 TAM_t + \beta_2 ROA_t + \beta_3 GOV + \beta_4 SETOR + \varepsilon$$

Onde:

β_0 ; β_1 ; β_2 ; β_3 e β_4 = coeficientes;

$PROV_t$ = índice de provisões totais, ponderado pelo ativo total, no tempo t (variável dependente);

TAM_t = tamanho da empresa, calculado pelo logaritmo natural do seu ativo total, no tempo t ;

ROA_t = Rentabilidade; calculado dividindo-se o Lucro Líquido pelo Ativo Total, no tempo t ;

GOV = Nível de Governança Corporativa;

SETOR = Segmento de atuação;
 ε = termo de erro da regressão.

O Quadro 2 apresenta as variáveis utilizadas, sua metodologia de cálculo e a referência de utilização das mesmas.

Quadro 2 – Variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Descrição	Cálculo	Fonte
Variável Dependente			
<i>PROV_t</i>	Índice de provisões totais	$PROV = \left(\frac{Provisões\ totais}{Ativo\ total} \right)$	
Variáveis Explicativas			
<i>TAM_t</i>	tamanho da empresa	Ln (ativo total)	Fonteles et al. (2013)
<i>ROA_t</i>	Retorno sobre o Ativo	$ROA = \left(\frac{Lucro\ Líquido}{A_{i,t-1}} \right)$	Suave et al. (2013)
<i>GOV</i>	Nível de Governança Corporativa	1- Nível 1 2- Nível 2 3- Novo Mercado 4- Tradicional	Faria, Ferreira e Vicente (2017)
<i>SETOR</i>	Segmento de atuação	Conforme consta na B3	Faria, Ferreira e Vicente (2017)

FONTE: Elaborado pelo autor

3.2. Delimitação da pesquisa

No que tange a sua delimitação, esta pesquisa conta com uma amostra de 77 companhias abertas, não financeiras, listadas na B3, as quais ficaram ao menos 6 quadrimestres no IBrX 100 entre os anos de 2010 e 2018 e que apresentaram informações tanto para o ano de 2010 quanto para 2018, a fim de comparação entre estes anos. O Anexo A apresenta a relação das empresas analisadas nesta pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos através das análises dos dados das 77 companhias que compõem a amostra da pesquisa. A Tabela 1 apresenta o comparativo das médias referentes ao total das provisões por empresas, nos anos de 2010 e 2018, permitindo

visualizar quais setores apresentam crescimento do valor divulgado de provisões e os que não o apresentam no ano de 2018 em relação a 2010. Essa representatividade, ou ‘Índice de provisões’ foi calculado ponderando-se os valores de provisões totais pelo ativo total das empresas estudadas.

Tabela 1 – Representatividade das Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis (2010 x 2018)

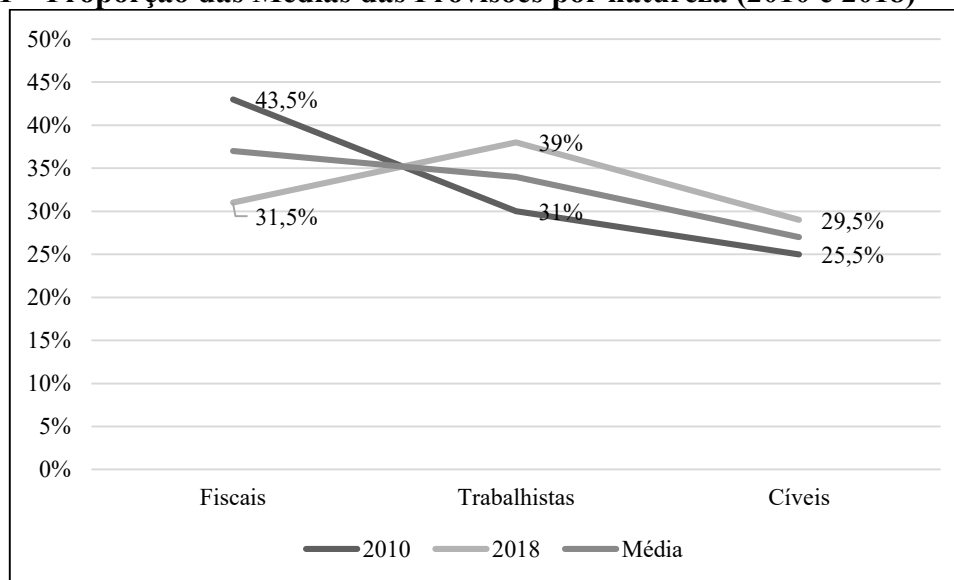
Segmento	% do Ativo (2010)	% do Ativo (2018)	% do Passivo (2010)	% do Passivo (2018)	% do Patrimônio Líquido (2010)	% do Patrimônio Líquido (2018)	% da Receita (2010)	% da Receita (2018)
Água e Saneamento	5,13%	1,25%	3,68%	1,84%	7,96%	4,75%	4,01%	3,94%
Alimentos Processados	0,95%	0,20%	1,09%	13,52%	1,65%	8,22%	4,30%	19,67%
Automóveis e Motocicletas	15,16%	10,70%	1,31%	1,84%	3,04%	14,22%	1,24%	1,66%
Bebidas	0,98%	1,04%	2,95%	2,77%	3,06%	14,08%	1,84%	3,25%
Comércio	15,64%	7,86%	8,56%	15,48%	13,10%	11,59%	14,64%	31,30%
Comércio e Distribuição	2,04%	4,09%	4,46%	12,46%	1,76%	11,34%	2,37%	28,14%
Computadores e Equipamentos	50,39%	61,88%	9,41%	6,22%	9,30%	9,20%	9,07%	9,41%
Comunicações	0,43%	0,65%	1,34%	2,93%	2,81%	5,13%	1,42%	3,57%
Construção Civil	44,99%	275,71%	4,35%	28,93%	6,33%	146,10%	5,80%	43,16%
Construção e Engenharia	0,28%	0,07%	0,14%	0,02%	0,18%	0,04%	0,13%	0,05%
Diversos	21,85%	18,08%	1,60%	10,75%	2,11%	22,96%	1,81%	14,62%
Energia Elétrica	2,42%	4,23%	2,64%	2,94%	6,62%	5,50%	6,95%	4,19%
Exploração de Imóveis	5,20%	13,34%	6,23%	7,78%	84,51%	17,98%	3,68%	4,95%
Intermediários Financeiros	0,01%	0,06%	1,65%	0,33%	6,91%	-14,21%	1,03%	0,26%
Madeira e Papel	1,47%	0,18%	6,44%	1,42%	3,78%	-0,42%	13,25%	263,98%
Máquinas e Equipamentos	0,55%	1,62%	21,20%	40,15%	5,74%	24,23%	5,91%	15,64%
Material de Transporte	19,33%	9,71%	10,46%	9,43%	16,55%	6,02%	14,93%	113,19%
Mineração	3,08%	30,74%	1,09%	1,99%	1,08%	3,93%	0,48%	1,43%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1,64%	0,74%	5,03%	1,68%	9,94%	-4,29%	4,45%	11,42%
Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	9,47%	5,15%	1,01%	2,05%	4,00%	9,11%	2,11%	3,45%
Químicos	0,60%	0,59%	2,01%	0,84%	2,39%	2,92%	4,57%	2,61%
Serviços Diversos	0,06%	1,27%	0,02%	0,70%	0,02%	0,62%	0,06%	1,74%
Serviços Financeiros Diversos	29,78%	5,76%	13,53%	15,37%	9,63%	6,65%	7,13%	10,95%

Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	6,72%	9,76%	1,74%	9,28%	1,68%	7,11%	1,12%	5,25%
Siderurgia e Metalurgia	3,51%	5,05%	4,79%	3,32%	4,64%	4,42%	3,81%	2,91%
Tecidos, Vestuário e Calçados	2,94%	0,88%	7,47%	1,28%	5,77%	1,40%	3,47%	0,87%
Transporte	1,55%	2,23%	7,29%	5,18%	5,30%	4,01%	2,75%	2,70%
MÉDIA TOTAL	9,12%	17,51%	4,87%	7,43%	8,14%	11,95%	4,53%	22,38%

FONTE: Elaborado pelo autor

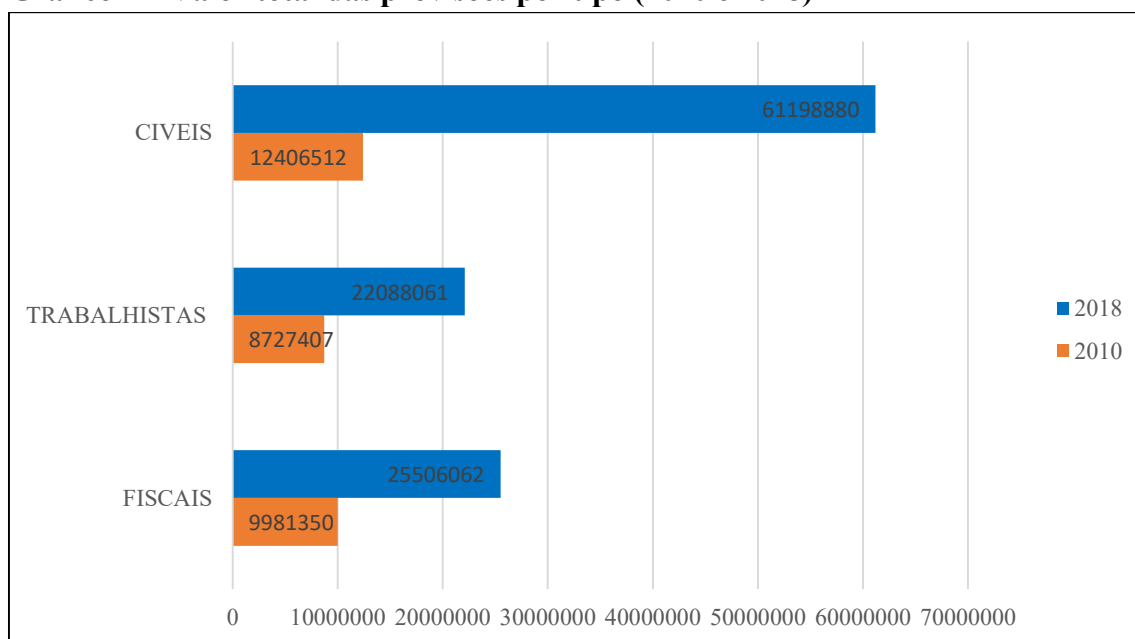
Os achados apresentados pelo Gráfico 1 demonstram as proporções das médias por natureza de provisões e corroboram com os resultados encontrados por Sanson e Souza (2018). Para o ano de 2010 as provisões fiscais eram mais preponderantes para as empresas, com percentual de 43,5%, seguido pelas provisões trabalhistas com 31% de média e cíveis com 25,5%. Já para o ano de 2018 a situação se inverte, tendo as provisões de natureza trabalhista no topo como 39% seguidas pelas provisões fiscais (31,5%) e 29,5% de provisões cíveis.

Gráfico 1 – Proporção das Médias das Provisões por natureza (2010 e 2018)



FONTE: Dados da pesquisa

O Gráfico 2 mostra o valor total (somatório) de provisões para todas as empresas da amostra, nos anos de 2010 e 2018.

Gráfico 2 – Valor total das provisões por tipo (2010 e 2018)

FONTE: Elaborado pelo autor

No Gráfico 2, conforme pode ser observado, todos os tipos de provisões aumentaram em valores absolutos, de 2010 para 2018. A fim de melhor demonstrar quais foram as alterações mais significativas, a Tabela 2 ilustra os valores absolutos das provisões por tipo, apresentadas por segmento.

Tabela 2 – Valores das provisões por tipo e segmento de atuação (2010 e 2018)

SEGMENTO	2010			2018		
	FISCAIS	TRAB.	CÍVEIS	FISCAIS	TRAB.	CÍVEIS
Água e Saneamento	59.076,00	155.043,00	259.725,00	64.893,00	362.094,00	362.343,00
Alimentos Processados	620.885,00	252.510,00	169.476,00	2.549.496,00	1.104.158,00	556.392,00
Automóveis e Motocicletas	22.533,00	5.811,00	574,00	51.393,00	39.767,00	13.990,00
Bebidas	309.948,00	224.261,00	39.839,00	307.130,00	118.167,00	54.916,00
Comércio	288.238,00	79.594,00	116.057,00	460.165,00	177.881,00	119.716,00
Comércio e Distribuição	569.321,00	114.017,00	129.383,00	10.513,00	73.339,00	1.145,00
Computadores e Equipamentos	7.382,00	4.248,00	9.758,00	17.914,00	111.215,00	35.723,00
Comunicações	729.630,00	1.356.766,00	3.582.727,00	2.883.413,00	2.811.542,00	7.696.189,00
Construção Civil	41.596,00	41.048,00	129.831,00	124.261,00	254.615,00	880.427,00
Construção e Engenharia	5.799,00	3.993,00	430,00	4.884,00	10.127,00	6.457,00
Diversos	34.142,00	47.096,00	13.772,00	2.021.333,00	983.032,00	473.258,00
Energia Elétrica	1.309.563,00	2.468.694,00	4.816.404,00	1.884.574,00	7.044.481,00	48.405.648,00
Exploração de Imóveis	80.111,00	15.095,00	57.337,00	3.057,00	72.741,00	57.102,00
Intermediários Financeiros	-	1.518.000,00	1.108.000,00	1.608.000,00	88.000,00	14.000,00

Madeira e Papel	316.014,00	127.681,00	15.698,00	384.835,00	172.747,00	26.314,00
Máquinas e Equipamentos	37.018,00	29.189,00	58.182,00	203.493,00	260.689,00	81.081,00
Material de Transporte	565.032,00	112.257,00	6.974,00	384.644,00	310.635,00	255.240,00
Mineração	1.557.176,00	1.286.007,00	1.130.239,00	2.240.035,00	1.785.351,00	478.916,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1.382.797,00	379.771,00	515.200,00	3.017.796,00	4.511.336,00	762.049,00
Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	42.970,00	16.677,00	14.137,00	168.852,00	65.655,00	32.300,00
Químicos	282.729,00	33.302,00	-	607.079,00	177.751,00	69.438,00
Serviços Diversos	13.831,00	7.746,00	4.698,00	1.277,00	13.608,00	131,00
Serviços Financeiros Diversos	474.040,00	13.687,00	7.373,00	1.623.297,00	116.335,00	41.946,00
Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	17.286,00	43.911,00	1.688,00	319.321,00	25.139,00	4.655,00
Siderurgia e Metalurgia	1.142.059,00	318.088,00	119.791,00	4.115.719,00	1.147.333,00	410.777,00
Tecidos, Vestuário e Calçados	517,00	5.041,00	1.421,00	2.576,00	9.462,00	4.691,00
Transporte	71.657,00	67.874,00	97.798,00	446.112,00	240.861,00	354.036,00
TOTAL	9.981.350,00	8.727.407,00	12.406.512,00	25.506.062,00	22.088.061,00	61.198.880,00

FONTE: Elaborado pelo autor

Conforme se observa na Tabela 2, embora alguns setores tenham experimentado reduções em suas provisões, o somatório das provisões todos os três tipos (fiscais, trabalhistas e cíveis) demonstraram incrementos em seus montantes no ano de 2018 em relação a 2010.

4.1. Análise estatística das Provisões

A análise estatística utilizando um modelo de regressão linear múltipla possibilita que seja verificado a existência de fatores que influenciam o nível de provisões divulgado pelas companhias da amostra. O primeiro passo é verificar se há correlação entre as variáveis propostas no modelo apresentado anteriormente na metodologia:

$$PROV_t = \beta_0 + \beta_1 TAM_t + \beta_2 ROA_t + \beta_3 GOV + \beta_4 SETOR + \varepsilon$$

Primeiramente tem-se a análise de correlação entre as variáveis da amostra pelo coeficiente de correlação de Pearson. Essa é uma medida de grau de associação linear entre duas variáveis quantitativas, com intervalo de -1 a 1: correlações muito fracas, de 0,2 a 0,4; fracas, de 0,4 a 0,6; moderadas, de 0,6 a 0,8; muito fortes, de 0,8 a 1,0. A Tabela 3 apresenta a análise da correlação entre as variáveis do modelo para o ano 2010.

Tabela 3 – Análise da correlação entre as variáveis (Ano: 2010)

	PROV1	TAM	ROA1	GOV	SETOR
PROV1	1.0000				
TAM	0.0437	1.0000			
ROA1	0.1262	0.0905	1.0000		
GOV	-0.1198	-0.3087*	-0.1859	1.0000	
SETOR	0.0777	0.0877	0.0282	-0.1358	1.0000

*Significante a 5%

FONTE: Dados da pesquisa

Para os dados referentes ao ano de 2010, verifica-se que há correlação significativa entre as variáveis explicativas “Governança” e “Tamanho”. Segundo Fávero et al. (2014) a existência de correlação significativa entre as variáveis explicativas pode gerar problemas de multicolinearidade, o que resulta na necessidade de alteração no modelo a fim de sanar o problema. Assim foi retirada a variável tamanho do modelo de regressão inicialmente proposto, resultando na nova equação:

$$PROV_t = \beta_0 + \beta_1 ROA_t + \beta_2 GOV + \beta_3 SETOR + \varepsilon$$

Diante do novo modelo, executou-se a análise da regressão múltipla, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Análise da Regressão – Ano 2010

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	71
				F(4, 66)	=	1.31
Model	10.0935226	4	2.52338066	Prob > F	=	0.2747
Residual	126.944967	66	1.92340859	R-squared	=	0.0737
				Adj R-squared	=	0.0175
Total	137.03849	70	1.95769271	Root MSE	=	1.3869
PROV	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
ROA	.2889096	.3870272	0.75	0.458	-4.838151	1.061634
GOV						
N2	-1.182629	.7429083	-1.59	0.116	-2.665893	.3006352
Nm	-.7076498	.4565848	-1.55	0.126	-1.619251	.2039512
Trad	-.0438911	.7454873	-0.06	0.953	-1.532305	1.444522
Cons	-3.892169	.4262286	-9.13	0.000	-4.743162	-3.041177

FONTE: Dados da pesquisa

A regressão considerando os segmentos de atuação não retornou resultados significativos, levando a execução de um novo modelo considerando apenas a variável qualitativa ‘Governança’, o que retornou resultados mais consistentes, conforme apresentado na tabela 4.

Foram realizados os testes necessários para verificar se os pressupostos da regressão foram respeitados, conforme Fávero et al. (2014). Inicia-se pelos testes para detecção da normalidade e da homocedasticidade dos resíduos. O Teste Vif com valor abaixo de 10 ($Vif = 1,34$) indica que não há multicolinearidade no modelo da regressão (FÁVERO et al., 2014). Os demais testes indicaram que os resíduos são normais e homocedásticos (Shapiro-Francia com $W = 0,94287$ e p-valor de 0,00406 e Breusch-Pagan com $F = 6,59$ e p-valor de 0,0103).

Quanto à regressão para o ano de 2010, os coeficientes da variável ROA e da variável *dummy* GOV não se mostraram estaticamente significantes a 5% (p valor = 0,05), uma vez que apresentaram p-valor superior. A Tabela 5 apresenta a análise da correlação entre as variáveis do modelo para o ano 2018.

Tabela 5 – Análise da correlação entre as variáveis (Ano: 2018)

	PROV1	TAM	ROA	GOV	SETOR
PROV1	1.0000				
TAM	-0.1118	1.0000			
ROA	-0.1579	0.4912*	1.0000		
GOV	-0.0467	-0.1677	-0.1639	1.0000	
SETOR	0.1081	0.0439	0.0803	-0.1358	1.0000

*Significante a 5%

FONTE: Dados da pesquisa

Para o ano de 2018, a análise da correlação apresentou significância estatística entre as variáveis ‘Rentabilidade’ e ‘Tamanho’, o que pode gerar multicolinearidade, o que faz com que seja utilizado o mesmo modelo do ano de 2010. A tabela 6 apresenta a análise da regressão para as variáveis de 2018.

Tabela 6 – Análise da Regressão – Ano 2018

Source	SS	Df	MS	Number of obs	=	76
				F(4, 71)	=	1.76
Model	20.9917556	4	5.2479389	Prob > F	=	0.1462
Residual	211.513658	71	2.9790656	R-squared	=	0.0903
				Adj R-squared	=	0.0390
Total	232.505414	75	3.10007218	Root MSE	=	1.726
PROV	Coef.	Std. Err.	t	P>t	[95% Conf.	Interval]
ROA	-.0258536	.0145422	-1.78	0.080	-.05485	.0031427
GOV						
N2	-1.1718	.8530783	-1.37	0.174	-2.87279	.5291894
NM	-.8779581	.5468131	-1.61	0.113	-1.968272	.2123562
TRAD	.440137	.9083435	0.48	0.629	-1.371049	2.251323
_CONS	-3.489638	.4915435	-7.10	0.000	-4.469748	-2.509529

FONTE: Dados da pesquisa

Na análise da regressão para o ano de 2018, a relação entre as variáveis ‘Rentabilidade’ e o ‘Índice de provisões’ mostra-se significativa estatisticamente ao nível de 10% (p-valor = 0,08).

Fonteles et al. (2013) encontraram uma correlação positiva entre as variáveis de tamanho das companhias e de rentabilidade com o índice de *disclosure* das provisões. Oposto ao encontrado nesta pesquisa em que a rentabilidade apresentou sinal negativo em relação ao índice de provisões divulgado pelas companhias, indicando que maiores montantes provisionados acarretam menor rentabilidade para a empresa.

Quanto aos níveis de governança, os achados de Farias, Ferreira e Vicente (2017) corroboram os resultados aqui encontrados, uma vez que níveis diferenciados de governança corporativa não interferem no *disclosure* das provisões e passivos contingentes das empresas analisadas.

Foram realizados novamente os testes dos resíduos, os quais demonstraram que os mesmos são normais e homocedásticos (Shapiro-Francia com $W = 0,90018$ e p-valor de 0,00006 e Breusch-Pagan com $F = 0,04$ e p-valor de 0,8343), além do *Variance Inflation Factor* (VIF = 1,34) que indica não haver multicolinearidade entre as variáveis para 2018, conforme quadro 4. Cada variável não pode apresentar um valor de VIF individualmente maior que 10 e o VIF médio do modelo também não pode ser maior que 10 (HAIR et al., 2009). Caso haja, a variável que está causando o problema deve ser retirada do modelo de regressão. Desta forma, para a amostra utilizada nesta pesquisa não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis. Portanto nenhuma das variáveis deve ser retirada do modelo.

Os resultados encontrados não foram suficientes para determinar quais fatores realmente influenciam o nível de divulgação das provisões nas notas explicativas das empresas de capital aberto brasileiras, indicando que tal prática faça parte exclusivamente das exigências das normas constantes no pronunciamento contábil CPC 25.

Suave et al. (2013) também não encontraram correlações significantes entre as variáveis consideradas características potenciais que pudessem estar relacionadas com a divulgação das provisões, como: tamanho, lucro líquido, patrimônio líquido, ROA, ROI, liquidez geral e alavancagem financeira, o que corrobora mais uma vez os achados nesta pesquisa. O próximo capítulo apresenta as considerações finais acerca dos achados na pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a investigar se o volume registrado em provisões nas empresas brasileiras de capital aberto teria relação com a rentabilidade e com o nível de Governança Corporativa da empresa.

Para tal, utilizou-se uma amostra de 77 companhias abertas, não financeiras, listadas na B3, as quais ficaram ao menos 6 quadrimestres no IBrX 100 entre os anos de 2010 a 2018 e que apresentaram informações tanto para o ano de 2010 quanto para 2018, a fim de comparação entre estes anos.

Conforme proposto no objetivo geral, foram analisados os volumes de recursos provisionados em razão de ações fiscais, trabalhistas e cíveis, por meio das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos de 2010 e 2018.

Dos objetivos específicos, o primeiro consistiu realizar um comparativo dos segmentos processuais provisionados, os resultados demonstraram que houve uma maior concentração das provisões de natureza fiscal (37% na média dos dois anos analisados), seguido por 34% de natureza trabalhista e 27% de natureza cível, corroborando com os achados no estudo de Sanson e Souza (2018). Não foi possível mensurar isoladamente as provisões de natureza ambiental, regulatória, dentre outros, pois parte das empresas evidenciaram estas provisões em conjunto com as provisões de natureza cível.

Assim como Borba e Velho (2018); Leite (2018) e Rosa e Souza (2018), os resultados mostram que o volume provisionado pelas companhias não é unânime, é baixo, uma vez que nem todas as empresas evidenciam a informação e não há ainda uma total padronização da mesma. Segundo Rosa e Souza (2018) esbarra-se na ausência ou na má divulgação das informações relativas aos passivos de natureza tributária distorce a análise dos usuários externos (como no caso da Bradespar S.A. que evidenciou apenas o montante total, sem discriminação por natureza de provisões e as empresas Even S.A. e Eztec S.A. que não divulgaram informações quanto às contingências fiscais).

Os resultados demonstram ainda que o volume de provisões divulgadas nas notas explicativas não depende de fatores externos, ou seja, não são influenciados pelo nível de Governança Corporativa que a empresa se encontra nem depende do segmento de atuação da mesma.

O índice de rentabilidade, aqui considerado o ROA, não tem correlação com o índice de provisões, apenas indica que em empresas com maiores valores alocados em provisões, a rentabilidade, baseada no lucro líquido, foi menor.

Para pesquisas futuras, sugere-se outras medidas de desempenho, bem como outros indicadores, como por exemplo: endividamento, liquidez, retorno sobre patrimônio líquido – ROE, receita líquida, dentre outros que se mostrem estatisticamente significativos em suas correlações. Outra sugestão seria ampliar a pesquisa para uma gama maior de empresas, e não só as constantes do Índice Brasil (IBrX-100).

REFERÊNCIAS

- BORBA, C. C. de C. B.; VELHO, C. O. **Análise da evidenciação das provisões e dos passivos contingentes das principais empresas do segmento de carne e derivados listadas na B3**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- CARVALHO, F. A.; OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. S.; SAMPAIO, M. S. A. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: **Anais...** 4º Congresso USP, Controladoria e Contabilidade, 07 a 08 de outubro de 2004. São Paulo, SP: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos42004/178.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.
- CASTRO, M. C. C. S.; VIEIRA, L. K.; PINHEIRO, L. E. T. Comparação do disclosure de contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBovespa e na NYSE. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 49-65, 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. CPC 25: **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Brasília, set. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2014.pdf>. Acesso em: 19/08/2019.
- CVM. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: CVM, 2002.
- FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIAS, M. R. S. **Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/477.pdf>>. Acesso em 16 de dezembro de 2009.
- FARIAS, R. B.; FERREIRA, J. S.; VICENTE, E. F. R. Diferenças no Índice de Evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. In: **Anais...** 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança-3rd UnB Conference on Accounting and Governance. 2017.
- FÁVERO, L. P. et al. **Métodos Quantitativos com stata: procedimentos, rotinas e análise de resultados**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FONTELES, I. V. et al. Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 4, 2013.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, F. P. **Índice de divulgação das provisões, passivos e ativos contingentes das empresas do ramo de energia elétrica listadas na BM&FBovespa conforme CPC 25.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Ciências Contábeis, Universidade de Rio Verde, Rio Verde, Goiás, 2017.

HAIR, J. R.; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Multivariate Data Analysis.** Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2009.

IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** São Paulo: IBGC, 2015.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras.** Dissertação (Mestrado) Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEITE, J. R. **Evidenciação de provisões e passivos contingentes (IAS 37/CPC 25): análise comparativa entre Brasil e França.** Dissertação (Mestrado) Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAZARIO, N. S.; MENDES, P. C. M.; AQUINO, D. R. B. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, 2008, v. 4, nº 3, p. 64-81, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/981>> Acesso em 14/09/2017.

OLIVEIRA, G. P. de. **Contabilidade Tributária**, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008

POHLMANN, M. C. **Contabilidade Tributária**, Curitiba: IESDE BRASIL S.A. 2012.308p.

REMPEL, Thiago. **Implantação das novas normas de contabilidade em uma empresa de grande porte do segmento de alumínio.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Controladoria, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RIBEIRO, A. E. L.; MÁRIO, P. do C. Utilização de metodologia de reestruturação societária, como ferramenta de planejamento tributário: um estudo de caso. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p.107-128, out/dez. 2008.

ROSA, B. B.; SOUZA, M. M. Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, v. 6, n. 1, p. 16-33, 2019.

ROSA, P. A. et al. Evidenciação dos passivos contingentes tributários: comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência. In: **Anais...** Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil. 2016.

SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANSON, D. P.; SOUZA, M. M. Características associadas ao nível de evidenciação dos passivos contingentes das companhias de capital aberto brasileiras. In: **Anais... 8º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**, Florianópolis, 2018.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. Ed. revista. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, A. P. A. **Relevância do Estudo e Domínio em Contabilidade Tributária para alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis e Atuariais) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, M. A.; MORAIS, M. I. Contabilidade Tributária: Percepção da importância do Conhecimento da Disciplina por Discentes de uma Instituição de Ensino Superior de Tangará da Serra – MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 4, nº 7, Jan./Jun. 2015.

SILVA, T. S. **Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes em empresas de mineração, siderurgia e metalurgia**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SUAVE, R. et al. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFECE**, v. 1, n. 11, 2013.

VON KNOBLAUCH, S. C. A. **Um estudo acerca da evidenciação das contingências nas maiores empresas de capital aberto no Brasil**. Monografia (graduação) em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ANEXO A - AMOSTRA DA PESQUISA

Empresa	Segmento	Empresa	Segmento
AES Tiete E	Energia Elétrica	Klabin S/A	Madeira e Papel
Ambev S/A	Bebidas	Light S/A	Energia Elétrica
B2W Digital	Comércio	Localiza	Diversos
BR Brokers	Exploração de Imóveis	Lojas Americ	Comércio
BR Malls Par	Exploração de Imóveis	Lojas Renner	Comércio
BR Propert	Exploração de Imóveis	M.Diasbranco	Alimentos Processados
Bradespar	Mineração	Magaz Luiza	Comércio
Braskem	Químicos	Marcopolo	Material de Transporte
BRF SA	Alimentos Processados	Marfrig	Alimentos Processados
CCR SA	Transporte	Mills	Construção e Engenharia
Cemig	Energia Elétrica	Minerva	Alimentos Processados
Cesp	Energia Elétrica	MMX Miner	Mineração
Cia Hering	Tecidos, Vestuário e Calçados	MRV	Construção Civil
Cielo	Serviços Financeiros Diversos	Multiplan	Exploração de Imóveis
Cogna ON	Diversos	Odontoprev	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos
Copasa	Água e Saneamento	Oi	Comunicações
Copel	Energia Elétrica	P.Acucar-Cbd	Comércio e Distribuição
Cosan	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PDG Realt	Construção Civil
CPFL Energia	Energia Elétrica	Petrobras	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
Cyrela Realt	Construção Civil	Positivo Tec	Computadores e Equipamentos
Dasa	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	RaiaDrogasil	Comércio e Distribuição
Duratex	Madeira e Papel	Randon Part	Material de Transporte
Ecorodovias	Transporte	Rossi Resid	Construção Civil
Eletrobras	Energia Elétrica	Sabesp	Água e Saneamento
Eletropaulo	Energia Elétrica	Sid Nacional	Siderurgia e Metalurgia
Embraer	Material de Transporte	Suzano S.A.	Madeira e Papel
Energias BR	Energia Elétrica	Taesa	Energia Elétrica
Equatorial	Energia Elétrica	Telef Brasil	Comunicações
Even	Construção Civil	Tim	Comunicações
Eztec	Construção Civil	Totvs	Computadores e Equipamentos
Gafisa	Construção Civil	Tran Paulist	Energia Elétrica
Gerdau	Siderurgia e Metalurgia	Ultrapar	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
Gerdau Met	Siderurgia e Metalurgia	Usiminas	Siderurgia e Metalurgia
Gol	Transporte	Vale	Mineração
Grupo Natura	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Valid	Serviços Diversos
Iguatemi	Exploração de Imóveis	Viavarejo	Comércio
Iochp-Maxion	Automóveis e Motocicletas	Weg	Máquinas e Equipamentos
Itausa	Intermediários Financeiros	Yduqs Part	Diversos
JBS	Alimentos Processados		

Fonte: Dados da pesquisa